

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Consagração da imprensa maciça e transformação dos significados sociais da opinião pública. O caso da charge d' *O Malho* (Rio de Janeiro, setembro de 1910).

Hernán Eufemio Gómez*

Resumo:

Este trabalho, baseando-se em perspectivas que analisam historicamente a gênese e os usos de categorias sociais, pretende discutir as implicações do fenômeno do surgimento da imprensa maciça na mudança dos significados da opinião pública. O foco é colocado na análise de um evento ocorrido no Rio de Janeiro em 1910, quando uma charge do semanário *O Malho*, que satirizava o presidente da Câmara dos Deputados, provocou uma série de atos de desagravo, matérias jornalísticas e discursos parlamentares. Através de uma cronologia do evento, assim como da análise das interpretações por parte de seus atores, podem-se observar diversos elementos em jogo: a honra do presidente, a integridade das sessões parlamentares e a independência jornalística. Ao mesmo tempo, pode-se caracterizar a crença numa opinião pública ampla, vulnerável e estreitamente vinculada à ação da imprensa.

Palavras-chave: opinião pública - imprensa - Rio de Janeiro

Abstract:

This work, oriented by perspectives that analyzes historically the genesis and the uses of social concepts, pretends to discuss the implications of the phenomena of the emerging mass print in changing the signification of public opinion. The focus of the analysis is made on an event that took place in Rio de Janeiro city in 1910, when a comic of magazine *O Malho*, that satirized the Parliament's president, provoked a ranking of redress actions, journalistic matters and parliamentary speeches. By a chronology of the event and the analysis of actors interpretation's, it's possible to observe many elements playing: the honor of president, the integrity of parliamentary sessions, the journalistic independence. At the same time it allowed to characterize the belief on the existence of a *large but* weak and highly tied to the press action public opinion.

Keywords: public opinion - press - Rio de Janeiro

Em setembro de 1910, uma charge, aparecida no semanário humorístico carioca *O Malho*², provocou uma crise na Câmara dos Deputados, uma série de declarações de

* Doutor em Antropologia (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ).

² O semanário satírico *O Malho*, fundado em setembro de 1902, teve uma trajetória ascendente na primeira década do século. Havendo reunido uma grande quantidade de caricaturistas prestigiosos, conseguiu logo consolidar um importante público de leitores (destacando-se no conjunto de semanários circulantes na época), assim como um importante número de anunciantes. No final de 1905, o próprio sucesso em vendas e relevância pública do semanário foi acompanhado de diversos lançamentos da sua editora: a revista infantil *Tico-Tico* em outubro de 1905, *Leitura para Todos* (um magazine com base nas francesas *Lecture pour Tous* e *Je sais tout*) em dezembro do mesmo ano, o livro *O Portugal Contemporâneo* e o *Almanach de O Malho*. (*O Malho*, ano IV, nro.

diversos políticos e da própria revista, assim como o acompanhamento por grande parte da imprensa da cidade. O fato é que logo depois de uma denúncia sobre a inoperância dos deputados aparecer na revista, o presidente da Câmara, Sabino Barroso, se sentiu ofendido e não compareceu à sessão seguinte, o que provocou reações diversas, na própria Câmara e fora dela. Mesmo não sendo a crítica ao parlamento um fato incomum na publicação,³ o episódio foi percebido como extraordinário pelas suas repercussões. O evento mencionado durou alguns dias e ocupou as páginas das revistas (principalmente da própria *O Malho* e em menor medida da *Fon-Fon*) e dos jornais (entre eles *Jornal do Commercio*, *A Imprensa* – propriedade, na época, do deputado Alcindo Guanabara, *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, e *Correio da Manhã*). A alta repercussão da charge estava mostrando um novo lugar (mais relevante) da opinião pública na sociedade. O crescimento das empresas jornalísticas e a difusão da imprensa haviam contribuído no processo de gênese de uma opinião pública mais ampla e vinculada à ação da imprensa.

A construção social e histórica da “opinião pública”, enquanto categoria de apreensão do mundo social, foi estudada nas últimas décadas por alguns autores.⁴ Segundo Patrick Champagne, o surgimento da imprensa maciça modificou os significados sociais do conceito. Com efeito, se durante o século XVIII e XIX refletia fundamentalmente a opinião de uma elite (política) letrada⁵, já no século XX, com “a chegada” do jornalismo moderno, surgia um conceito de “opinião pública” mais abrangente, que concorria com o anterior: a opinião de *tout le monde* (a opinião do público) expressa pelos próprios jornalistas (CHAMPAGNE, 1998 [1990]: 63-64).

Através da descrição do episódio ocorrido em torno da publicação da charge, pretendem-se observar dois elementos relacionados: de um lado, a utilização de uma categoria (opinião pública); de outro lado, o funcionamento de, e a apelação a, um conjunto de crenças em relação ao poder da imprensa, ao papel da imprensa independente, à relação entre a imprensa e a opinião pública, à separação entre uma “imprensa política” e uma “imprensa independente”. A partir dessa análise, pode-se observar não somente como a

164, 4/11/1905). Sobre *O Malho*, ver Ribeiro (1988) e Sodré (1977).

³ Praticamente *O Malho* havia construído a sua identidade dentro das publicações periódicas como um crítico mordaz dos políticos, sendo “Bigorna na Câmara” uma das seções mais relevantes dessa fase inicial da publicação. As dimensões da exploração do humor político a diferenciou de outras revistas na época.

⁴ Podem-se mencionar, entre eles, Jürgen Habermas (1997 [1962]) e Patrick Champagne (1998 [1990]).

⁵

Alguns trabalhos como os de Hebrard (1998) e Morel (1998) se referem aos significados da opinião pública na primeira metade do século XIX no contexto latino-americano.

transformação dos significados de “opinião pública” foi um produto do processo de expansão jornalística mas também um dos fatores que o condicionou.

A cronologia do evento e as suas interpretações na época.

No sábado 3/9/1910, *O Malho* aumenta a crítica que vinha fazendo (junto com outras publicações) da “inoperância parlamentar”.⁶ Na capa questionava satiricamente, através de uma charge, um conjunto de parlamentares (cujos nomes haviam sido denunciados pelo jornal *A Tribuna*) que, recebendo o subsídio da Câmara, não realizariam o seu trabalho. Na seção “crônica” (onde a revista fazia um resumo crítico e comentado dos temas mais relevantes da semana), retoma o tema. Um pouco depois, publica uma outra charge sob o título “*Lesmas perniciosas*” cujo texto dizia: “*A Câmara dos Deputados só teve número para votar... a prorrogação subsidiada das suas sessões... Tem se notado com tristeza que o maior culpado da esterilidade da Câmara é o Dr. Sabino Barroso, presidente, etc.*” O desenho mostrava o “líder” da maioria, Seabra, “varrendo” o presidente da Câmara. Seabra convidara os líderes das bancadas a acordarem um meio de andamento das matérias pendentes de deliberação (*A Imprensa*, anno VII, nro. 985, 2/9/1910).

No início da semana, diversas manifestações de apoio ao presidente da Câmara se sucederam. De um lado, a bancada de Minas Gerais, à qual pertencia Barroso, não compareceu à sessão.⁷ De outro lado, o líder da maioria convidou para um “aperto de mãos” o substituto de Barroso, o deputado Torquato Moreira, tentando reparar a honra do político agravado. Mesmo assim, houve alguns discursos parlamentares. Em 6/9/1910, *O Paiz* publicou o discurso do senador Antonio Azeredo, o qual, ademais de fazer um desagravo de Barroso (“seu amigo e correligionário”), se desvincula de alguma participação no episódio, e

6

O Malho, junto com outras publicações como o *Jornal do Brasil* e *O Paiz*, questionaram na época a atitude da “oposição” ao governo, a qual definiram como “obstrucionista”. Durante 1909 e 1910, o Parlamento viveu uma acirrada disputa entre a maioria e a minoria, que se refletia em freqüentes faltas de quorum para as sessões ou retardamento dos projetos.

⁷ Os membros da bancada mineira, em discursos posteriores, criticaram a charge, como uma injúria não só ao presidente da Câmara mas também à própria “mineiridade”.

relaciona a *charge* a um ato de solidariedade dos trabalhadores d' *O Malho* com o deputado Felisbello Freire, jornalista da *Tribuna*, um jornal da mesma empresa d' *O Malho*.⁸

S. Ex. começou dizendo, que, como amigo pessoal do Sr. Sabino Barroso, já [...] lhe manifestara o seu desgosto pela publicação da página inserta no Malho [...], julga-se, porém, no dever de, como político e correligionário do digno presidente da Câmara dos Deputados, declarar [...] que, embora proprietário da empresa que explora a publicação da Tribuna, Malho, Tico-Tico, e Leitura para Todos, a única dessas publicações que está sob a sua imediata direção é A Tribuna, porquanto esta é a única que tem caráter político, embora não filiada a agremiações partidárias. O Malho, pela sua feição, faz a crítica independente de tudo quanto ocorre aqui na capital, nos Estados e mesmo no estrangeiro. Assim, repete, nenhuma culpa lhe pode ser imputada pela publicação a que se refere, não só pelos motivos expostos, senão também porque, de acordo com o contrato existente, a direção de O Malho cabe a outrem.

Na página que os desenhistas desse jornal entenderam fazer como uma manifestação de desgosto pela demora da votação do parecer reconhecendo o Dr. Felisbello Freire, redactor da Tribuna, há, além de tudo, uma grave injustiça. [...] (O Paiz, 6/9/1910, p. 2) [grifos nossos]

É significativa a oposição que faz o senador entre o jornal “de caráter político” e a revista “enquanto um meio independente”. Sendo ele mesmo proprietário da empresa que publicava o semanário, a manifestação tentava mostrar a independência de critério de *O Malho* e uma certa separação entre os negócios mais claramente jornalísticos (entre os quais faziam parte a maior parte das publicações mencionadas) e a luta política.

O deputado Barbosa Lima, líder da minoria na Câmara, fez uma interpretação do significado dos acontecimentos como um produto do quadro político resultante das eleições nacionais de 1909, nas quais Hermes da Fonseca havia vencido a Rui Barbosa, através de uma coalizão. Segundo ele, tal coalizão estaria se desestruturando.

“Não teve a fortuna de se convencer de que o motivo desta manifestação ao presidente residisse no fato do comparecimento da maioria na última sessão. Há qualquer cousa de estranho e que causa também a ausência de toda a bancada mineira. Foi alguma cousa de estranho que interveio, alguma cousa de análogo ao que se está passando na arregimentação política ou partidária através de banquetes que não terminam, em busca de uma desejada solidariedade, que não é conseguida.

No fundo, o que se sente é que cada vez mais cavados ficam os sulcos que separam essa agremiação que levou à cadeira de presidente da república o Marechal Hermes da Fonseca. [...]

A simples caricatura não daria motivo a tão importante como merecido apoio ao ilustre presidente da Câmara. É que, [...] mais alguma cousa existe, que não se afirma publicamente. [...] Talvez não seja estranha a tudo isto a jornada da intervenção, que muitos não consentem que haja de encontrar quaisquer obstáculos... A gravura insultuosa partiu de íntimos dos próceres da política dominante... Sente-se que aquela caricatura foi traçada em local muito próximo ao salão Silva Jardim, como arma de um plano partidário.” (Jornal do Commercio, 6/9/1910, p.2) [grifos nossos]

⁸ Felisbello Freire havia sido ministro no governo de marechal Floriano Peixoto. Em 1910, na época em que estava atuando no jornal *A Tribuna*, foi eleito deputado pelo estado de Sergipe, “de cuja cadeira tomou posse após quatro meses de proposital obstrução” (*O Malho*, nro. 418, 17/9/1910)

Apesar das diversas interpretações sobre os “interesses” que envolveriam a publicação da charge, ambos parlamentares coincidem, implícita ou explicitamente, em relação ao poder da imprensa. Num caso, a charge seria uma forma de pressão, no outro, um elemento de uma campanha (um plano partidário). De alguma forma, os parlamentares estavam reconhecendo os alcances do próprio semanário na opinião pública.

No número seguinte (10/9/1910) ao número polêmico, sob o título “*O Malho* na berlinda”, a revista publica uma extensa crônica onde descreve o “ciclone” que desencadeou a publicação da charge.

[...] Basta lembrar que uma simples caricatura, uma charge, idêntica ou semelhante, no fundo e na forma, a centenas que O Malho tem publicado, foi o pano de discórdia [...]

Uma caricatura!

[...] No tempo da monarquia [...] fizeram-se milhares delas, criticando atos e fatos, individualizando, simbólica ou diretamente, os mais altos personagens, desde SM o imperador, e nunca por isso veio o mundo abaixo, como agora!

Mesmo na República, aí está a formidável reação do lápis contra os remanescentes do terror de uma época anormal; aí estão as campanhas d’O Malho contra as imposições do Catete, aí está um mundo de provas eloqüentes demonstrando que a caricatura política ou social abriu muitas avenidas morais, por onde entrou muita luz e a opinião pública resfolegou saudavelmente.” (O Malho, nro. 417, 10/9/1910)

O Malho ressalta o “exagero” nos efeitos que a charge havia provocado e os atribui à própria ineficiência da classe parlamentar, às limitações dos políticos da época, que não teriam a grandeza (como teria acontecido em outras épocas) de aceitar a crítica jornalística. Ademais, longe de sentir constrangimento, a postura da publicação parece se orgulhar do seu papel crítico, assim como, celebra o fato de o escândalo ser traduzido num aumento notável da venda e circulação do semanário. *O Malho* se referiu ao “reclame” que obteve no Senado, na Câmara, na imprensa, em todas as camadas sociais, repercutindo no país inteiro” e à impossibilidade de naquela edição “aumentar a sua enorme tiragem habitual, de modo a corresponder a ansiedade pública”.

Nos dias 9/9 e 10/9, não houve sessão na Câmara dos Deputados por falta de quorum. No dia 12/9, a sessão parlamentar aconteceu com o discurso de diversos deputados. Bueno de Paiva, líder da bancada mineira, dá por concluído o incidente. Contudo, as “sessões tumultuosas” continuaram. Finalmente, em 19/9 acontece a discussão do projeto que autorizava a intervenção do Estado do Rio de Janeiro, provavelmente um dos projetos mais relevantes que estavam sendo retardados.

Em defesa da “opinião pública” e da “liberdade de imprensa”.

Se entre as repercussões do evento alguns meios o magnificaram se manifestando contra o que consideraram uma “caricatura insultuosa”, outros enfatizaram a relevância da defesa da “liberdade de imprensa” e da “opinião pública”. O tratamento da notícia que efetua *O Malho*, por exemplo, celebra as repercussões do acontecimento como uma vitória do periódico e da opinião pública. Em 10/9/1910, no número seguinte ao da charge questionada, várias outras charges do semanário relatam os episódios, onde aparecem fundamentalmente “Seu Malho” e “Zé Povo” como aliados, frente ao conjunto da classe política. “Zé Povo” representava a “opinião pública”. O personagem (recorrente nas charges d’*O Malho*) era caricaturado como um homem comum, do povo, vestido de uma forma simples e com uma certa vulnerabilidade frente à elite política. Diferentemente, “Seu Malho” era um musculoso, poderoso e jovem bufão que intervinha sempre que a vontade de “Zé Povo” era desrespeitada. Através dessas imagens também podem se observar as representações, na época, de uma opinião pública fraca ou em formação, nunca plenamente constituída.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, mesmo não concordando com a “qualidade” da crítica (“*evidentemente o gracejo não é de gosto apurado*”, dizia um texto do jornal), relativizava a ofensividade da caricatura e assinalava a necessidade de defender a liberdade de imprensa. Em 12/9/1910, numa seção intitulada “Semana Política” se publica:

Jornalista, quem escreve estas linhas não desejaria que semelhante precedente, inteiramente contrário às boas regras e ao princípio da liberdade de imprensa, ficasse sem protesto; às críticas inócuas, como a de que se trata, não é lícito dar o cunho de solenidade, nem atribuir efeitos superiores aos que, de fato, possam ter. Contra a imprensa, só a própria imprensa; o mais é inútil. (Jornal do Brasil, 12/9/1910, p.3) [grifos nossos]

De algum modo, o jornalista do *Jornal do Brasil* estava criticando o fato de a charge ter adquirido tanta relevância na própria Câmara como uma intromissão das instituições políticas em assuntos que eram de natureza exclusivamente jornalística.

Comentários finais.

Através da análise, pode-se observar o apelo à “defesa da opinião pública” como um argumento pelo qual o próprio semanário justificava um papel específico e relevante no mundo social (e político). Assim, a categoria “opinião pública” foi utilizada, distribuída e circulou de um modo não necessariamente homogêneo no espaço social. Os significados do conceito estiveram influídos, em grande medida, pela ação das instituições jornalísticas e de

peessoas envolvidas no mundo jornalístico. Neste sentido pode-se analisar a ação dos jornalistas como um dos agentes que utilizaram e difundiram tal conceito.⁹

O evento que se analisou se situa num momento particular do desenvolvimento do espaço jornalístico brasileiro. Se em si mesmo os semanários de circulação maciça significaram uma transformação nos hábitos do público consumidor da imprensa – e dos próprios produtores, jornalistas e empresários jornalísticos – foi na virada da primeira à segunda década do século que este espaço de publicações maciças se consagrou socialmente com o sucesso das publicações da editora Kosmos (*Fon-Fon* e *Careta*). Os acontecimentos provocados pela charge de *O Malho* permitiram observar um tipo de relação entre a imprensa e a política, entre os políticos, os jornalistas e o público que ia se tornar com o passar do tempo um costume, ou ia ser “naturalizada”.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *L'emprise du journalisme. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. nro. 101-102, 1994. p. 3-9.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte. Genese e estrutura do campo literario**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião. O novo jogo político**. Petropolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública**. México: Ediciones G. Gili, 1997 [1962].

HEBRARD, Véronique. *Opinión pública y representación en el Congreso Constituyente de Venezuela (1811-1812)*. In: Guerra, François-Xavier; Lempérière, Annick et al. **Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 196-224.

LIMA, Hermann. **A história da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1963 [1954].

MOREL, Marco. *La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840)*. In: **Los espacios públicos en Iberoamérica**, p. 300-320.

⁹ Outros agentes envolvidos na difusão da categoria “opinião pública” foram escritores, acadêmicos ou políticos que “teorizaram” sobre o fenômeno através de discursos, palestras ou livros.

PENHA, Rosemary. **Alcindo Guanabara: política e imprensa no Rio de Janeiro no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: IFCS (UFRJ), 1997.

RIBEIRO, Marcus. **Revista Ilustrada 1876-1898: síntese de uma época**. Dissertação. (Mestrado em História). IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1988.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News. A Social History of American Newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

SODRE, Nelson Werneck. **Historia da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Fontes jornalísticas:

A Imprensa, Careta, Correio da Manhã, Fon-Fon, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, O Malho, O Paiz.